

Economia - Brasil Ordem Inversa

À véspera de serem anunciadas as linhas mestras do programa de ajuste fiscal para os próximos três anos, a sociedade se pergunta, atônita, por que o país precisa de um ajuste forçado (mas tardio) das finanças públicas e ainda tem de submetê-lo ao Fundo Monetário Internacional para merecer a linha de crédito no valor de US\$ 30 bilhões.

A dúvida aumenta desde que o presidente Fernando Henrique autorizou a expectativa de que será provisório o ajuste fiscal, isto é, até a reforma tributária. Se o país precisa da reforma tributária definitiva, com rearrumação das despesas do Estado entre as diversos níveis de governo, para a racionalização dos serviços e a revisão da conta a ser apresentada ao contribuinte, soa incoerente gastar energia e impostos com ajuste fiscal que não passará de remendo.

Confiar mais recursos à gestão do Estado – mesmo para tapar rombos – é contra-indicado: com mais dinheiro, o administrador público relaxa na austeridade e o resultado é o aumento do déficit que se queria evitar. Vale como prova o exemplo das 51 medidas submetidas ao Congresso no final do ano passado para promover ajuste fiscal de R\$ 20 bilhões. Os cortes nas despesas do governo – se é que ocorreram – pouco ou nenhum efeito tiveram no cotejo final entre despesa e receita.

A carga tributária nominal cresceu graças ao aumento do IPI e do imposto de renda na fonte do assalariado, mas o impacto recessivo na atividade econômica, aliado à sonegação, anulou boa parte do ganho real. E o aumento das taxas de juros devorou o saldo da receita.

Está claro que a sociedade e o país andam em círculos porque o Estado, no nível do Executivo e do Legislativo, não cumpriu a sua cota de austeri-

dade, em sinal de respeito pelo contribuinte. Este governo podia ter encurtado a estabilização empennando-se em favor da aprovação das reformas estruturais do setor público, da previdência, das relações entre a União, estados e municípios e do setor público com o contribuinte, além de acelerar a reforma política.

Não é possível que o Brasil esteja fazendo jogo de cena. Passou-se um governo inteiro discutindo o relativo ajuste fiscal – que veio pelo Fundo Social de Emergência, ainda do governo Itamar Franco e rebatizado depois de Fundo de Estabilização Fiscal – e está novamente discutindo a transformação do IPMF (imposto *provisório* sobre movimentação financeira) em CPMF (contribuição *provisória* sobre movimentação financeira) e depois na elevação da alíquota de 0,2% para 0,3%.

O Brasil já se dá conta de que provisória devia ser a Constituição que completou 10 anos confirmando o vaticínio – do então presidente José Sarney – de que, com ela, o país se tornaria “ingovernável”. À parte a esquizofrenia do regime presidencialista numa Constituição de inspiração parlamentarista, o grande erro dos constituintes de 88 foi legislar em nome do passado, mas sem se darem conta das mudanças que estavam transformando o mundo.

A União Européia em 1988 já estava em marcha acelerada. Reunia 12 países que, ao reconhecerem os avanços das telecomunicações e da informática, decidiram abolir as restrições mútuas entre suas fronteiras, precipitaram a derrubada do Muro de Berlim no ano seguinte e a desintegração da União Soviética um ano após. O Brasil está na hora de entrar em sintonia com o seu tempo, para não ser puxado para trás na história do século 21.